VI CONBALF
ALFABETIZAÇÃO E DEMOCRACIA: DIREITO À LEITURA E À ESCRITA

CONGRESSO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO
ISSN 2763-8588

ALFABETIZAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS: Quando a (anti)discriminação vai para a escola

Fabiane Castilho Oliveira[1]
Sarai Schmidt[2]

Eixo temático: 8.Alfabetização e modos de aprender e de ensinar

Resumo: Este trabalho objetiva relatar uma experiência de alfabetização para os direitos humanos desenvolvido com turmas de terceira etapa do primeiro ciclo da Escola Municipal de Educação Básica Professora Adolfina Diefenthäler no município de Novo Hamburgo.O planejamento foi desenvolvido vislumbrando alfabetizar e sensibilizar crianças de 8 a 9 anos para temáticas que perpassam a defesa os direitos humanos. Desta forma, para pensar essa prática que envolve o planejamento de uma turma de terceiro etapa, foi preciso pensar três eixos que alicerçam esse trabalho: discriminação, alfabetização e direitos humanos. Para isso foi necessário utilizar a interseccionalidade como ferramenta analítica desse espaço e dessas vivências onde ocorrem esses três conceitos citados. Sendo assim observou-se as discriminações principalmente nos aspectos socioeconômico, étnicoracial, gênero e deficiência física, tendo como contraponto necessário promover e ampliar o fomento da diversidade, o que deveria ser natural no território escolar, uma vez que é espaço de desenvolvimento de infâncias plurais.

Palavras-chaves: Alfabetização, Direitos Humanos, Educação Antidiscriminatória.

Introdução

"O prazer de ensinar é um ato de resistência" (HOOKS, 2017, p. 21)

O estudo apresenta um relato e discussão sobre as práticas de uma professora de

[1]Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão. Feevale. Professora da Educação Básica do Município de Novo Hamburgo. Contato: fabianeoliveira@edu.nh.rs.gov.br
[2]Integrante do projeto de extensão Cidade Viva e coordenadora do grupo de pesquisa Criança na Mídia. Feevale.

Ensino Fundamental, pesquisadora do Grupo Criança na Mídia: Núcleo de Estudos em Comunicação, Educação e Cultura a fim de refletir sobre formas de concretizar a alfabetização para os direitos humanos na escola pública. Este trabalho vem acontecendo na Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) Professora Adolfina Diefenthäler no município de Novo Hamburgo, inicialmente com turmas de 3° ciclos da 1a etapa escolar, equivalente ao 3° ano do ensino fundamental. mas também dentro de um ambiente escolar que atende crianças e adolescentes de 04 a 14 anos e que por diversas vezes foram tocados por essas ações.

Para que esse trabalho pudesse ser construído é necessário destacar que escola, crianças e a professora estão caminhando juntas em busca de aprendizagens e aprimoração do conhecimento na área de educação antidiscriminatória. A EMEB Adolfina, tem práticas desenvolvidas há mais de dez anos referente à gestão democrática, em que ouve crianças, profissionais e comunidade escolar em assembleias organizadas mensalmente para tomar as decisões de cada passo da escola. Para além disso, a escola possui vínculo com a Universidade Feevale através do grupo de pesquisa Criança na Mídia, com quem realiza diversas ações e formações referentes a esta temática desde 2012. Cabe esclarecer que em 2021 o Grupo de Pesquisa iniciou um convênio de Educação Antidiscriminatória com a Secretaria de Educação de Novo Hamburgo (SMED-NH), e através destas formações a professora regente da turma que será alvo deste estudo iniciou sua capacitação de maneira mais formal sobre essa temática. Já em 2023, essa professora ingressa na EMEB Adolfina Diefenthäler e no mestrado em Diversidade Cultural e Inclusão Social, entrando para o Grupo de Pesquisa citado anteriormente. Essa linha do tempo, foi apresentada justamente para que se possa compreender o quanto nesta experiência pedagógica estão ligadas pessoas e estruturas diferentes, porém todas agentes importantes para que o trabalho pudesse acontecer. Uma rede entre crianças, jovens e adultos, da escola e da universidade, debruçados para que o aprendizado não fosse mais centralizado e que atingisse cada vez mais o maior número de crianças, inclusive as que mais sofrem com isso, aquelas que parecem ainda hoje, não caber na escola.

De acordo com a pesquisa "Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber, étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual" realizada pela Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)[3]:

> Observou-se que em escolas em que os escores que medem o preconceito e o conhecimento de práticas discriminatórias apresentam valores mais elevados tendem a apresentar médias menores para as avaliações na Prova Brasil. Do ponto de vista do preconceito, nota-se ainda que a relação

[3] Pesquisa consultada em 27 de Maio de 2023: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf

> é mais forte para o preconceito dos alunos, ou seja, em escolas em que os alunos apresentam maior preconceito, as avaliações tendem a ser menores. Entretanto, escolas em que os alunos apresentam predisposição em manter contatos de menor proximidade com os grupos sociais pesquisados tendem a apresentar melhores resultados na prova Brasil. Este resultado é surpreendente e enseja a oportunidade de análises mais aprofundadas para a compreensão dos motivos que influenciam esta relação. (p.353)

Com as descobertas desta pesquisa foi possível perceber como a discriminação está diretamente ligada ao aprendizado das crianças, jovens e adultos presentes na escola. Para isso é necessário realizar uma importante reflexão sobre o alcance e dimensão desse preconceito que tanto interfere no bem estar e desenvolvimento dos sujeitos no território escolar. Entender e se permitir olhar para o que acontece com o outro.

Desta forma, para pensar essa prática que envolve o planejamento de uma turma de terceiro etapa, foi preciso pensar três eixos que alicerçam esse trabalho: discriminação, alfabetização e direitos humanos. Para isso foi necessário utilizar a interseccionalidade como ferramenta analítica desse espaço e dessas vivências onde ocorrem esses três conceitos citados. Sendo assim observou-se as discriminações principalmente nos aspectos socioeconômico, étnicoracial, gênero e deficiência física, tendo como contraponto o fomento da diversidade, o que deveria ser natural no território escolar, uma vez que é espaço de desenvolvimento de infâncias plurais.

De acordo com Magda Soares (2020) a alfabetização é o:

> conjunto de técnicas - procedimentos, habilidades - necessárias para a prática da leitura e da escrita (...), uso de instrumentos (...), aquisição de *modos de escrever e modos de ler* (...), manipulação correta e adequada dos suportes em que se escreve e nos quais se lê.

Sendo assim, para esse trabalho o conceito de alfabetização para os direitos humanos se aplica de forma que possamos perceber a escola como um território capaz de alfabetizar sujeitos para a vida em comum, com diversidade e inclusão, a partir dos direitos humanos. E nesta perspectiva perceber que no que diz respeito aos direitos humanos somos, em grande parte, analfabetos.

Alfabetizando Para Os Direitos Humanos

"A escola! É ela quem faz todo mundo ser (...) quadrado!"[4]

Tendo em vista o cenário percebido por todas e todos, estudantes, professoras, equipe diretiva e convênio da universidade Feevale, também apoiando-se no estudo realizado pelo MEC e pelo INEP, estava explícito que a escola é um ambiente de discriminação que não só afeta a aprendizagem de grupos específicos de crianças como

[4] Fala extraída do livro "Um Reino Todo Quadrado" de Caio Riter.

também promove a manutenção da desigualdade no ambiente familiar desses sujeitos, que muito provavelmente já vivenciam isso também fora da escola.

O livro de Caio Riter “Um Reino Todo Quadrado” foi uma leitura interessante, realizada enquanto professora, contava sobre um reino todo quadrado no qual todos eram iguais, eram todos quadrados. Ao nascer uma criança redonda e diferente o rei logo mandou que fosse para a escola, assim logo aprenderia a ser igual e quadrado como os outros. Realizar essa leitura em sala de aula foi o começo da percepção da alfabetização e letramento para os direitos humanos, e assim como Paulo Freire(2001) atenta: a leitura de mundo precede a leitura da palavra e voltando a Magda Soares (2020) que elucida a diferença de alfabetização e letramento, em que letramento se diferencia por ser a “capacidade de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais”, foi através da leitura dessa história em sala de aula que foi possível perceber o quanto, apesar de não estarem alfabetizados nos direitos humanos, já estavam inseridos nesse mundo letrado conseguindo enxergar de a escola, através da história, de forma crítica através de um “letramento empoderado”.

> “Ler a palavra e aprender como escrever a palavra, de modo que alguém possa lê-la depois, são precedidos do aprender como “escrever” o mundo, isto é, ter a experiência de mudar o mundo e de estar em contato com o mundo” (FREIRE;MACEDO, 2022, p. 83)

Em a “Por uma Pedagogia da Pergunta” Paulo Freire e Autonio Faundez conversam em dado momento sobre o “desafio político e pedagógico das nações que têm diversidade cultural é criar uma nova concepção da própria pedagogia.” (FAUNDEZ, FREIRE, 2021, p. 132) e que “o que a transição exige da educação é que se revolucione, se reinvente, em lugar de meramente reformar-se.” (Faundez; Freire, 2021, p. 135) Alfabetizar para os direitos humanos é realizar o exercício diário de olhar a escola, sua cultura, diversidade, suas falhas e seus acertos, mas principalmente seus sujeitos e como vivem os dias nesse espaço. Reconhecer discriminações e engajar-se em uma educação antidiscriminatória imbuída da interseccionalidade para que desta forma, sua ação pedagógica torna-se práxis crítica que analisa, reflete e atua de maneira coerente com a construção de um território favorável para o desenvolvimento de infâncias e vidas plurais.

Entretanto, assim como Paulo Freire, Bell Hooks também observa: “os educadores estão mal preparados quando confrontam concretamente a diversidade. É por isso que tantos se aferram obstinadamente aos velhos padrões.” (2017, p. 59), para comprometer-se com uma educação libertadora que ouse alfabetizar para os direitos humanos é necessário além de coragem para a revolução, responsabilidade com a reinvenção, sem cair na

armadilha da “zona de conforto”, ainda que se possa questionar o quão confortável é esta zona. “Dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo, dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens.” (Freire, 2020, p.109). E desta forma contribuir para que as discriminações não precisem vigorar na escola em favor de uma manutenção sombria de desigualdades. Alfabetizar para os direitos humanos é “apresentar as técnicas necessárias para a prática e garantia” dos direitos humanos na sociedade. É preciso lançar mão do uso de instrumentos reivindicatórios como as políticas públicas ou a luta para que as políticas públicas sejam criadas, ensinar a utilizar os meios para que todas e todos tenham possibilidade de ser autor da própria história.

A (Anti)discriminação Vai à Escola

Para relatar esta prática antidiscriminatória na escola pública é necessário contextualizar as partes envolvidas nesta empreitada. A primeira delas é a EMEB Professora Adolfina Diefenthäler, uma escola com uma caminhada de mais de 10 anos na prática da gestão democrática, esta caminhada atravessada inclusive pela pandemia, e para quem viveu o antes e depois deste período é notório o quando este episódio interferiu no desenvolvimento desta prática. De fato, a prática de assembleia além de característica marcante da escola é um importante agente para que a escola possa engajar-se em temáticas como a da educação antidiscriminatória, por exemplo. Para quem vê de fora, ou como eu que ingressei neste espaço em 2023, parece algo natural, mas a verdade é que atualmente o processo já está mais orgânico o que faz com que esse trabalho mereça ser mais reconhecido ainda. Relatando brevemente a escola propõe momentos mensais de escuta e levantamento de pautas por estudantes, funcionários e pais/comunidade escolar, nesses momentos as pessoas podem trazer suas demandas para a assembleia, as mesmas devem defendê-la e o grupo pode expor seus pontos referentes a demanda trazida. No final todos votam e a demanda pode ser acatada ou não. Desta forma todos exercem seu direito de participar e opinar sobre a construção de uma escola mais inclusiva e democrática. Esta prática tem um excelente efeito no sentimento de pertencimento das pessoas que da escola fazem parte.

Outro elemento é o grupo de pesquisa Criança na Mídia, um grupo que faz parte da Universidade Feevale, e junto com a escola, nesta caminhada de mais de 10 anos vem estabelecendo uma parceria de formação para capacitação das/dos profissionais da escola. Ainda através desta parceria vários projetos são desenvolvidos na escola, uma vez que o grupo dedica-se a pesquisar sobre as infâncias, a mídia e a educação antidiscriminatória. Vale ressaltar que a professora regente das turmas em que essa práxis vem sendo desenvolvida atua como professora das turmas de 3a. etapa do 1° ciclo e como

pesquisadora do referido grupo.

Entretanto, o grupo mais importante a ser destacado é o dos estudantes. Nada teria validade se não pudéssemos, através das crianças, no caso deste trabalho, observar as reflexões e falas que as crianças trazem durante as vivências de um planejamento que se dedica a alfabetizar para os direitos humanos.

É com certeza, um desafio relatar essa práxis, pois é algo complexo e que ainda é recente, uma vez que como os próprios Paulo Freire e Bell Hooks alertaram, as professoras e professores muitas vezes se vêem despreparados para atirar-se na empreitada de uma educação libertadora. E o que é a alfabetização para os direitos humanos, senão uma prática, também, dentro da educação libertadora? Por este motivo as crianças são tão importantes, é nelas que se deve manter os olhos atentos, não apenas para a realização de diagnósticos ou avaliações, mas sim observar o que vem percebendo do mundo ao redor.

Essa contextualização foi realizada com o intuito de defender o quanto um ambiente que se engaja no combate às discriminações favorece as práticas de professoras e professores que buscam isso. Afinal o principal aspecto para que práticas como essa possam acontecer é ter uma equipe diretiva que apoie e sustente práticas assim. Vale ressaltar que o município em questão é extremamente polarizado e que preza por práticas mais tradicionais de ensino, que antes de fazer as crianças pensar de forma crítica as façam ler e escrever e realizar os cálculos básicos. Então neste trabalho fomos buscando estabelecer um ritmo e uma sequência didática que buscasse um equilíbrio, que ensinasse sim as crianças a fazer tudo isso que as famílias esperam e preocupam-se ao 3° ano do Ensino Fundamental, mas que nesse mesmo planejamento pudéssemos ter momentos de reflexão e principalmente escuta das crianças.

Um dos primeiros momentos que marcaram esse planejamento de alfabetização para os direitos humanos foi quando uma das estudantes sentiu-se à vontade para perguntar se era possível escrever na parede uma “frase inspiradora”, essas foram as palavras utilizadas por ela. Ao sinal positivo da professora a menina escreveu “Não sei deixa levar” explicando que era importante defender o que pensava e que não deveríamos nos deixarmos levar por qualquer motivo que fosse. No horário de almoço, a professora afetada pela estudante iniciou a escrita de uma poesia na parede, também queria afetar outras crianças assim como tinha sido afetada pela estudante. Escolheu “A Escola é” de Paulo Freire. As crianças, naquela tarde, entraram na sala como sempre, entretanto algumas logo perceberam as novas intervenções na sala, posteriormente essas escritas na parede serviriam de motivação prévia para a contação da história “A Caligrafia de Dona Sofia” de André Neves, mas naquele momento eram crianças em processo de alfabetização, realizando uma leitura espontânea, pois se sentiram instigadas, e refletindo sobre o tipo de escola em que estavam.

A literatura é sempre um bom caminho, e essa não foi a única vez em que contamos histórias para refletir, outra vez foi quando lemos a história “Um Reino Todo Quadrado” e em outra o livro “Princesa Kevin”, ambas histórias trouxeram importantes reflexões sobre ser e estar na escola, mas principalmente sobre ser e estar na sociedade, com pessoas diferentes. Essa foi uma “lição” que a turma logo aprendeu, em diversas oportunidades refletimos sobre as nossas diferenças, era uma maneira de nos acolhermos. Acolhíamos nossas diferenças e aos poucos íamos aprendendo a andar juntos com respeito. Os dias na escola são muitos, em um desses dias as crianças resolveram contar suas histórias, acredito, hoje olhando para esse dia (que ficou marcado em minha memória de mulher, professora e pesquisadora) penso que a partilha dessas histórias foi fruto dos inúmeros espaços de escuta e acolhida que tivemos antes de eles e elas terem resolvido realizar partilhas tão íntimas e importantes. Neste dia em questão nos preparávamos para realizar a última proposta da manhã, havia acontecido um episódio no início do dia que deixou todos sensíveis, então falávamos sobre como a vida por si só era difícil e o quanto era possível que pudéssemos mudar isso na escola, neste momento um menino levantou a mão e ao receber a palavra contou para a turma que havia passado por momentos difíceis enquanto seu irmão tinha ficado preso, mas que agora estava mais fácil pois ele já havia voltado para casa. Neste período, tinha uma menina que por várias vezes já havia comentado sobre a prisão do pai, mas sempre que os colegas se aproximavam ela parava de falar, guardava de volta seus sentimentos e seguia com as atividades da escola. Enquanto professora me sentia incomodada de não conseguir criar um espaço de escuta em que ela se sentisse à vontade para compartilhar o que tanto lhe afligia. Depois de ouvir o relato do colega, puxou o ar em uma mistura de espanto e alívio e olhou para a professora na certeza de que não estava sozinha, chorou antes mesmo de poder compartilhar com os colegas, e quando o fez libertou-se da dor e de quaisquer outros sentimentos que essa situação lhe trazia. Neste dia quem mais aprendeu foi a professora, ela também estava em processo de alfabetização para os direitos humanos.

Considerações Finais

“Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas sobretudo, com eles lutam.”

Considera-se que este trabalho tem refletido e observado sobre as perspectivas que atravessam a alfabetização para os direitos humanos.

> Docentes (...) entre outros, são autores de linha de frente e dão respostas aos problemas sociais. Como têm em geral uma relação íntima e pessoal a violência, a falta de moradia, a fome, o analfabetismo, a pobreza(...),

> esses atores de linha de frente têm uma visão diferente da forma como as desigualdades sociais moldam os problemas sociais e do motivo por que os problemas sociais não se distribuem igualmente pelos grupos sociais. Concentrados principalmente na práxis, em geral querem resolver os problemas, não apenas entendê-los. (COLLINS; BILGE, 2021, p. 66)

Colocar em prática uma alfabetização que vise os direitos humanos é contribuir para uma educação como prática de liberdade e antidiscriminatória. Contribuir para uma escola repleta de variadas formas, com infâncias plurais sendo promovidas ao invés de serem tolhidas, uma escola em que o aprendizado não necessite competir com o sofrimento.

Referências

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2021.

FAUNDEZ, Autonio; FREIRE, Paulo. **Por uma pedagogia da pergunta.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. 42.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização:** leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática de liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

SOARES, Magda. **Alfaletrar:** toda criança pode aprender a ler e a escrever. São Paulo: Contexto, 2020.